

O MOVIMENTO OPERÁRIO E A EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A DEFESA DO CONHECIMENTO CONTRA AS TREVAS DA IGNORÂNCIA.

Cristiane Porfírio¹

Susana Jimenez²

Edilene Toledo³

A presente Tese insere-se na Linha “Marxismo, Educação e Luta de Classes” do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC), outrossim, integrando as produções do Grupo de Pesquisa “Trabalho, Educação e Luta de Classes”, abrigado no Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO), da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Elegemos como objeto de estudo a formação dos trabalhadores na esfera do Movimento Operário (urbano), tentando avaliar, mais precisamente, como este tem enfrentado, ao longo da história, a problemática questão das relações entre formação escolar e formação político-ideológica.

O interesse pelo tema está relacionado à experiência de dez anos, como pesquisadora/colaboradora junto ao IMO, ao longo de cujo período, vimos participando de um conjunto significativo de pesquisas, as quais, em consonância

¹ Autora da Tese. Doutora em Educação. Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário da Universidade Estadual do Ceará – IMO/UECE. Professora das Faculdades Cearenses – FaC. Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário da Universidade Estadual do Ceará – IMO/UECE. crisporio@ig.com.br

² Orientadora da Tese. Pós-doutora em Educação. Professora do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará – CED/UECE. Professora do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação - CMAE/UECE. Professora Colaboradora da Linha de Pesquisa Marxismo, Educação e Luta de Classes do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará – UFC. Diretora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO/UECE. susana_jimenez@uol.com.br

³ Co-Orientadora da Tese. Doutora em História. Professora da Universidade Federal do São Paulo – UNIFESP. edilene.toledo@uol.com.br

com a orientação formativa adotada por esse Instituto, apóiam-se explicitamente no referencial teórico-metodológico indicado por Marx e, na esteira deste, nas elaborações de Lukács, Gramsci, Mészáros, dentre outros.

A participação em tais pesquisas permitiu-nos, além dos importantes investimentos teóricos, levantar dados sobre a problemática da organização/ação sindical face à crise estrutural do capitalismo, cujos efeitos sobre os organismos de luta da classe trabalhadora se fazem cada vez mais visíveis.

No Curso de Mestrado, interessou-nos desvelar os determinantes históricos que estiveram na base da reorientação da Política Nacional de Formação da CUT e suas implicações para a luta de classes, quando debruçamo-nos especificamente sobre um dos programas cutistas voltados à elevação de escolaridade do ensino fundamental, o qual se constituiu no período de 2000-2001 a espinha dorsal da formação dessa Central no nosso Estado.

Essa rica experiência de estudos e pesquisas deixou-nos como herança para o doutorado o interesse de investigar para além dos muros específicos do movimento sindical – cutista, por excelência - adentrando, por assim dizer, no largo e complexo âmbito do Movimento Operário, traduzido em sua esfera mais propriamente pedagógica.

Assim, reconhecendo a pertinência de examinar com maior profundidade e rigor as relações entre Movimento Operário, formação escolar e formação política, tomamos essa problemática como objeto de nossa investigação. Portanto, definimos como objetivo fundamental de nossa pesquisa resgatar a história do Movimento Operário do ponto de vista das vinculações traçadas entre formação escolar e formação política, privilegiando sua dimensão urbana e tomando como particularidade a prática efetivada pelo Movimento Operário Cearense no contexto da Primeira República brasileira.

Dito isto, o elenco de questões abaixo relacionadas norteou os rumos de nossa investigação: Com que intensidade e sob que condições econômico-políticas, o Movimento Operário demonstrou interesse pelo acesso ao conhecimento, por parte dos trabalhadores, tomando iniciativas, ao longo da Primeira República, no que diz respeito à oferta de programas de formação escolar ou buscou articular a escolarização à formação político-ideológica? Que fundamentos teórico-políticos

embasaram tais experiências? Até que ponto tais iniciativas se confrontaram com a política educacional posta em prática pelo Estado brasileiro, configurando-se como experiências alternativas à educação oferecida por este ou, ao contrário, acabaram por enfraquecer a luta em prol da escola pública? Em que momentos de sua atuação na Primeira República, o Movimento Operário urbano privilegiou efetivamente a formação da consciência de classe dos trabalhadores, fincando seus programas formativos predominantemente nessa ótica, engajando-se, ao mesmo tempo, na luta pela escola pública como dever do Estado?

Cumpre-nos asseverar que o presente trabalho insere-se na interseção de três grandes áreas do conhecimento, quais sejam: História, Educação e Sociologia do Trabalho, o qual encarnou-se, fundamentalmente, como uma pesquisa bibliográfica, apoiada de maneira pontual numa rarefeita pesquisa empírica. Vale observar a nossa impossibilidade e absoluta despretensão de exaurir as variadas incursões operadas pelo objeto em estudo, lembrando com Marx que “o real constitui-se uma fonte inesgotável de conhecimento”.

Assim, atendendo aos imperativos dos fundamentos metodológicos próprios do marxismo, esforçamo-nos em analisar nosso objeto de estudo à luz da totalidade, “síntese de múltiplas determinações”, com vistas a apreendê-lo em seus elementos essenciais. Em outras palavras, no tratamento das questões da investigação acima indicadas, tomamos por base o referencial teórico marxiano resgatado por Lukács em sua dimensão autenticamente onto-histórica, realçando o trabalho como complexo ontologicamente fundante do ser social, ao qual se articulam, através de múltiplas mediações, todos os demais complexos que põem em marcha o processo de reprodução social, a exemplo da Educação.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro tem como objetivo construir os alicerces da Tese. Para tanto, sua arquitetura ancora-se na construção de uma síntese histórica dos primórdios do movimento operário em âmbito internacional, nacional e local. A edificação dessa desafiadora obra toma como andaimes os termos do debate sobre a luta de classes, informados pelo referencial teórico que orienta este projeto investigativo. Nesse sentido, recuperamos de forma breve os conceitos marxianos de classe e consciência de classe e o amplo panorama do alvorecer do Movimento Operário Internacional. Instaladas as primeiras colunas e de posse das ferramentas necessárias para o

fabrico do concreto, erguemos os principais contornos da Primeira República brasileira para, em seguida, apresentarmos a composição e a organização da classe operária no Brasil e no Ceará.

O segundo capítulo segue o tracejo da arquitetura anterior, assumindo como propósito traçar o painel educacional vivenciado pelo Brasil no período da sua Primeira República. O mural inicia-se realçando os elementos essenciais de compreensão do complexo educacional desse período, passando, a seguir, pelas reformas e correntes pedagógicas que ganharam destaque no debate educacional de então para, por fim, concluir o seu traço dando relevo à relação entre o Movimento Operário brasileiro e a formação escolar dos trabalhadores.

O terceiro capítulo ancora-se numa ampla recuperação histórica do quadro educacional vigente no Ceará da Primeira República, buscando explicitar as condições concretas de promoção de educação pública com vistas a recuperar as ligações empreendidas entre o Movimento Operário Cearense e a formação escolar dos trabalhadores, com ênfase na apresentação de suas propostas educativas.

Por último, apresentamos nossas considerações finais, constatando que o Movimento Operário Brasileiro e, de modo particular, o Cearense, sob as condições econômico-políticas da Primeira República, assentada no modelo agrário-exportador sob o comando das oligarquias no plano estadual e do coronelismo no âmbito municipal, demonstrou um profundo interesse pelo acesso ao conhecimento, expressando um vasto leque de iniciativas no que diz respeito à oferta de programas de formação escolar, buscando articular, sobretudo através das vertentes socialistas e anarquistas, a escolarização à formação político-ideológica.

Faz-se importante enfatizar que a educação, esse precioso bem acumulado pela humanidade ao longo de seu processo de fazer-se homem, a exemplo de todas as demais riquezas produzidas historicamente, encontra-se encarcerada nas mãos dos bem poucos privilegiados, donos dos meios de produção e, por isso, também senhores do conhecimento, da ciência e da técnica.

Os militantes socialistas, representantes da perspectiva reformista, vale notar, estamparam em suas plataformas políticas a preocupação tanto com o que denominaram de educação popular, ou seja, a oferta de instrução primária para adultos e crianças, quanto com o ensino técnico profissional, constituindo-se

fervorosos fundadores de escolas. Para tanto, tendo em conta sua estratégia parlamentar, recorreram constantemente, de forma semelhante, aos reformistas dos nossos dias, aos recursos públicos, para a manutenção de suas entidades escolares, reforçando, outrossim, a bandeira em favor da escola pública e gratuita.

Os militantes libertários, por sua vez, proporcionaram uma elevação do ponto de vista da discussão pedagógica, através da propagação das idéias de Paul Robin e Francisco Ferrer e desenvolveram um intenso e extenso programa educacional para os trabalhadores e seus filhos, através, sobretudo, da fundação dos Centros de Estudos Sociais, da Universidade Popular e das Escolas Modernas, pautados numa concepção de aberto confronto com a política educacional posta em prática pelo Estado brasileiro, configurando-se, portanto, como experiências alternativas à educação oferecida por este. Conquanto, se, por um lado, o esforço de concretização dessas idéias proporcionou valiosas experiências e um certo amadurecimento ao jovem Movimento Operário Brasileiro, por outro, faz-se justo enfatizar, a hegemonia dos libertários, em termos educacionais, traduziu-se, em última instância, no arrefecimento da luta pela ampliação da escola pública, gratuita e obrigatória.

Com relação aos militantes comunistas, podemos observar que privilegiaram efetivamente a formação da consciência de classe dos trabalhadores, fincando seus programas formativos predominantemente nessa ótica, engajando-se, ao mesmo tempo, no resgate em novo patamar da defesa da educação pública, inovando em termos da concepção de formação profissional e da valorização do profissional do magistério.

Diante dos resultados trazidos pela pesquisa, defendemos a tese de que, desde os seus primórdios, o Movimento Operário Brasileiro e, de forma particular, o Cearense, manifestou uma contínua preocupação com a questão educacional dos trabalhadores, numa clara expressão da “defesa do conhecimento contra as trevas da ignorância”.

Por fim, ansiamos que esta modesta, todavia rigorosa tese possa contribuir, em alguma medida, com a recuperação da história do movimento operário brasileiro e cearense, mormente em tempos de tão escassa produção sobre o assunto e de tamanha desmobilização e crise das forças de esquerda em

âmbito mundial. Estamos certas de que o nosso século, mais do que qualquer outro, clama pela urgente retomada do projeto revolucionário dos trabalhadores, de modo a pôr em marcha a luta pela construção de uma sociedade livre dos entraves próprios do estranhamento do trabalho pelo capital, possibilitadora de uma sociabilidade de homens livres, na qual o gênero humano possa desenvolver-se sem limites.